

PENSAMENTO BRASILEIRO

Ricardo Vélez
Filósofo

Há uma filosofia brasileira e qual seria a sua originalidade? Poderíamos responder a esta pergunta afirmativamente, indicando que a sua originalidade decorre da situação inédita em que os nossos pensadores apreendem e discutem os grandes problemas da existência, à luz da tradição filosófica ocidental. Quais seriam, então, os grandes problemas aos quais os pensadores brasileiros tentaram dar uma resposta?

No século XVIII, o problema fundamental era se havia um saber que garantisse a salvação de indígenas e colonizadores europeus. Exemplo deste tipo de preocupação foi a obra de Nuno Marques Pereira, publicada várias vezes ao longo do século XVIII e que se intitulava: Peregrino da América. Na segunda parte desse mesmo século, ao ensejo das reformas efetivadas pelo marquês de Pombal no terreno educacional, o problema que preocupava aos pensadores era o do tipo de filosofia que deveria ser ensinado para garantir a modernização da sociedade; tal preocupação constituiu o cerne da obra de Luiz António Verney, intitulada: Verdadeiro método de estudar, à luz da qual se estruturou a corrente denominada de empirismo mitigado.

Com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, muda o foco das preocupações dos nossos pensadores. Tratava-se de dar alma ao esforço em prol de construir uma nova Nação, integrada por colonizadores, silvícolas e os primeiros descendentes da mistura dos portugueses com as raças ameríndias. Surgiu, numa primeira instância, uma resposta de inspiração espiritualista, que centrava a atenção nas questões da consciência e da liberdade: tal foi o motivo inspirador da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, intitulada: Preleções filosóficas, publicada pela Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, em 1813. No terreno da filosofia política, esse mesmo autor deitou as bases para a prática da representação política como forma de superar os conflitos civis, nas suas Cartas sobre a revolução brasileira e, ulteriormente, no seu Manual do cidadão num governo representativo.

A preocupação com a consolidação das instituições imperiais, ao redor do Poder Moderador, num contexto liberal que garantisse a liberdade e a representação política, motivou ao maior filósofo do Império, Domingos Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia, em meados do século XIX, a escrever a sua obra intitulada: Fatos do espírito humano, com a qual se consolidou a escola do ecletismo espiritualista. Já no final do século, as novas tendências da filosofia europeia, bem como a crítica às instituições imperiais, deram ensejo ao surgimento da corrente denominada de Escola do Recife, solidamente ancorada, com Tobias Barreto e Sílvio Romero, na herança neokantiana. Paralelamente, a crítica ao liberalismo imperial foi efetivada na retomada da tradição cientificista (que vinha da era pombalina), desta vez à luz da filosofia positivista de Augusto Comte, cultivada na Sociedade Positivista do Rio de Janeiro (com Luiz Pereira Barreto à testa), no Rio Grande do Sul (pelo líder republicano Júlio de Castilhos) e no Apostolado Positivista (sob a direção de Miguel Lemos e Teixeira Mendes). A República foi proclamada em 1889, sob a inspiração do positivismo que, no meio militar, teve como figura de proa Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

No início do século XX, a grande questão discutida pelos nossos pensadores foi a do espiritualismo, em face das correntes cientificistas e materialistas herdadas do século XIX. A obra de Farias Brito brilhou como resposta metafísica a essa problemática. Do ponto de vista da nova metodologia que deveria guiar ao conhecimento científico, a fim de superar o dogmatismo comteano, dois pensadores, Otto de Alencar e Amoroso Costa, fundadores da Academia Brasileira de Ciências, elaboraram original resposta que se inscreveu na tendência do neopositivismo que, no que tange às ciências humanas, encontrou exímios representantes em Pontes de Miranda e Leônidas Hegenberg. A preocupação de recolher a herança de Marx no contexto da ciência econômica, preservando a tradição cientificista, deu ensejo à obra de Leônidas de Rezende, intitulada: Economia política, finanças e contabilidade (1918). A herança dos existencialismos europeus inspirou a obra de vários pensadores como Vicente Ferreira da Silva nos seus Diálogos filosóficos, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto.

A Fenomenologia de Husserl encontrou dedicados cultivadores ao longo das últimas décadas, na obra de pensadores como Creusa Capalbo, Aquiles Côrtes Guimarães, Nilton Campos e Isaias Paim. A tradição católica, ancorada na idéia de preservar o humanismo cristão formulado por Jacques Maritain, encontrou seguidores importantes como Alceu Amoroso Lima, Leonardo van Acker, Ubiratan de Macedo, Tarcísio Padilha e Urbano Zilles. No entanto, a tendência doutrinária de maior fôlego intelectual foi, no século XX, a representada pelo Culturalismo, formulado por Miguel Reale (especialmente em Experiência e cultura, publicada em 1978), Antônio Paim (cuja mais importante contribuição é a História das idéias filosóficas no Brasil, com várias edições), Djacir Menezes, Paulo Mercadante (com a obra intitulada: A consciência conservadora no Brasil, de 1982), Nelson Saldanha, Francisco Martins de Souza (com a sua obra O

culturalismo sociológico de Alcides Bezerra), Ítalo da Costa Jóia, etc. Estes autores situam-se na trilha humanística deixada pela Escola do Recife, com marcada influência neokantiana, fenomenológica e hegeliana